

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº : 15.089**

Processo nº.: 201905972-00  
Assunto: Consulta  
Município: Mojú  
Órgão: Câmara Municipal  
Exercício: 2019  
Interessado: Junil Ramos Faro  
Instrução: Diretoria Jurídica  
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

***EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU. EXERCÍCIO DE 2019. ADMISSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 298 E ART. 299, INCISO II C/C ART. 300 DO RITCM-PA - ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, XVI C/C 38, III DA CF/88. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA OU EXTENSIVA DAS EXCEÇÕES PREVISTAS EM NORMA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO TRÍPLICE DE CARGOS INDEPENDENTEMENTE DA VERIFICAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.***

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: a Constituição Federal não permite o acúmulo do mandato eletivo de vereador com outros dois cargos, empregos ou funções, ainda que acumuláveis entre si e ainda que haja compatibilidade de horários, tendo em vista o postulado da hermenêutica segundo o qual as exceções são interpretadas restritivamente.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em  
**31 de outubro de 2019.**

  
Conselheiro: **Sérgio Leão**  
Presidente

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Relator

**Presentes:** Conselheiros Mara Lúcia e Antonio José. Conselheiros Substitutos: Sérgio Dantas.  
**Ministério Público de Contas:** Procuradora Maria Regina Cunha

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.089

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

**RELATÓRIO**

Processo nº.: 201905972-00  
Assunto: Consulta  
Município: Mojú  
Órgão: Câmara Municipal  
Exercício: 2019  
Interessado: Junil Ramos Faro  
Instrução: Diretoria Jurídica  
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOJU encaminhou CONSULTA (fl.01), com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, na qual expôs situação fática, solicitando manifestação desta Corte de Contas sobre a seguinte questão:

“(…)

*Considerando que as sessões ordinárias da Câmara de Vereadores do Município X ocorrem obrigatoriamente em um único dia útil da semana, formula-se a seguinte CONSULTA:*

*Pode, em tese, cidadão, atualmente eleito VEREADOR que, em período anterior à posse do cargo político, aprovado em 2 (dois) concursos públicos de provas e títulos, já exercia os cargos de professor do Município X, bem como cargo técnico no Estado do Pará, exercer, simultaneamente, com compatibilidade de horários, ambos os cargos efetivos, em concomitância com o cargo de vereança no Poder Legislativo Municipal?”*

Conforme consta, os autos foram remetidos ao meu Gabinete, na data de 11/09/2019 (fl. 11) e considerando a especificidade jurídica da matéria, os autos foram submetidos a competente apreciação da Diretoria Jurídica – DIJUR/TCM-PA, em 23/09/2019, conforme permissivo contido nos termos do §4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), a qual devidamente atendida, nos termos do **Parecer n.º 238/2019-DIRETORIA JURÍDICA/TCM-PA** (fls. 13/23), da lavra do Diretor Jurídico, Dr. RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA e do Assessor Jurídico, Dr. CAUÊ ARAÚJO LIMA MONTEIRO, o qual



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.089

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

antecipadamente destaco, adoto em sua integralidade como resposta a vertente consulta, no que transcrevo:

**(...) II – DO MÉRITO CONSULTIVO:**

Com a finalidade de esgotar qualquer dúvida junto ao Consulente, preliminarmente, é valido ressaltar que os requisitos para a acumulação lícita de cargos públicos estão previstos pela Constituição Federal e demais leis que disciplinam o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos, em cada esfera de Poder, consignados em rol taxativo, no que, portanto, esgotam-se todas as permissões e as vedações relativas à matéria.

Com vistas a garantir a eficácia na prestação do serviço público e o cumprimento dos agentes públicos no exercício de suas funções, a **Constituição Federal** estabeleceu no **inciso XVI do art. 37**, como regra, a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

Por expressa previsão do mesmo **art. 37**, agora no **inciso XVII**, a proibição de acumulação foi estendida também aos empregos e funções, abrangendo as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Contudo, apesar da proibição, a própria Constituição Federal reconheceu exceções, admitindo-se a acumulação apenas nos seguintes casos:

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.089

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:*

- a) a de dois cargos de professor;*
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;*
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.*

A acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, está autorizada para casos específicos, dentre os quais, considerando se tratar de acumulação de cargo/emprego público com mandato eletivo de vereador, remetemos a disciplina do **inciso III, art. 38 da CF**, que dispõe, acerca da situação funcional de servidores públicos no exercício de mandato eletivo, ao que transcrevemos:

*Art. 38. Ao servidor público da Administração Direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:*

*III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;*

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.089**

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

Desta forma, para a acumulação do cargo/emprego público com mandato eletivo de vereador, face a literalidade do dispositivo constitucional transcrito, exige-se, apenas, em consonância com todas as demais acumulações autorizadas pela Constituição Federal, a observância do núcleo comum, relativamente à compatibilidade de horários.

Cumpre-nos, contudo, especial cautela quanto ao elemento que se extrai da consulta formulada, qual seja, a afirmação trazida pelo Presidente da Câmara Municipal (fl. 01), *in verbis*:

*“Pode, em tese, cidadão, atualmente eleito VEREADOR que, em período anterior à posse do cargo político, aprovado em 2 (dois) concursos públicos de provas e títulos, já exercia os cargos de professor do Município X, bem como cargo técnico no Estado do Pará, exercer, simultaneamente, com compatibilidade de horários, ambos os cargos efetivos, em concomitância com o cargo de vereança no Poder Legislativo Municipal?”*

Apesar de não fundamentar tal afirmativa, não podemos descurar da necessidade de enfrentamento da questão, notadamente por incidir, dentro da mesma, entendimento que destoa, em absoluto, das regras constitucionais previstas e acima transcritas, haja vista envolver tríplice acumulação de cargos públicos.

A propósito, conquanto o texto constitucional, para efeito da verificação da compatibilidade de horários, não aluda expressamente à duração máxima da jornada de trabalho, as condições objetivas para a acumulação de cargos devem ser



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO N.º 15.089

Processo n.º 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Moju, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

aferidas sob uma ótica restritiva, porquanto a hipótese, como dito, constitui exceção à regra geral de não-acumulação. Oportuna, sobre o ponto, é a lição de *Carlos Maximiliano*:

*'Interpretam-se estritamente os dispositivos que instituem exceções às regras gerais firmadas pela Constituição. Assim se entendem os que favorecem algumas profissões, classes, ou indivíduos, excluem outros, estabelecem incompatibilidades, asseguram prerrogativas, ou cerceiam, embora temporariamente, a liberdade, ou as garantias da propriedade. Na dúvida, siga-se a regra geral.*

(...)

*Quando as palavras forem suscetíveis de duas interpretações, uma estrita, outra ampla, adotar-se-á aquela que for mais consentânea com o fim transparente da norma positiva.'* (In *Hermenêutica e aplicação do direito*, R. Janeiro, Forense, 1994, pp. 313/4).

Cumpre-nos ainda esclarecer que o TCM-PA já entendeu da impossibilidade de disposição legal ou normativa ampliativa ou restritiva de direitos, fixada por norma infraconstitucional municipal, que altere o alcance das disposições assentadas pela Constituição Federal de 1988. Ao que remetemos, por necessário, aos termos do **Prejulgado de Tese n.º 020/2015<sup>1</sup>**, cuja ementa transcrevemos:

**EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. INTELIGÊNCIA DOS ART'S. 37, XVI, E 38, III, AMBOS DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO ROL TAXATIVO FIXADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ATRAVÉS DE LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL. APRECIACÃO DO CASO CONCRETO PARA VERIFICAÇÃO DE**

1 RELATORA: CONSELHEIRA MARA LÚCIA. RESOLUÇÃO N.º 12.022/2015/TCM-PA - PREJULGADO DE TESE N.º 020/2015. Processo 201509288-00.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.089

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

***COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO (ART. 38, III, DA CF/88). INCONSTITUCIONALIDADE, EM TESE, DE LEI QUE AMPLIA OU RESTRINGE AS POSSIBILIDADES FIXADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS.***

Em que pese a mesma traçar abordagem voltada à constitucionalidade de lei municipal, em tese, que amplia o rol de exceções à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, com base no que está disciplinado pelo **artigo 37, inciso XVI da CF/88**, as mesmas razões e condições são aplicáveis aos esclarecimentos quanto à acumulação de cargos, objeto da presente consulta.

Outrossim, não é demais salientar que os cargos públicos são criados com o objetivo precípuo de atender uma necessidade pública. É do interesse público, pois, que o servidor tenha condições de desempenhar, em sua plenitude e com exatidão, as atribuições do cargo provido.

A partir das transcritas regras constitucionais, é permitido depreender ser regra a proibição de acumular. Noutra via, cumpre atentar que, em nenhum momento a Constituição autorizou o acúmulo de três cargos, empregos e/ou funções remuneradas pelo Poder Público, ainda que exista compatibilidade de horários.

Tal é o entendimento adotado por *MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO*<sup>2</sup>: **“as exceções somente admitem dois**

2 Direito Administrativo, 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 532.



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.089

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

*cargos, empregos ou funções, inexistindo qualquer hipótese de tríplice acumulação, a não ser que uma das funções não seja remunerada”.*

Nesse contexto, a CF/1988 não permite o acúmulo do mandato eletivo de vereador com outros dois cargos, empregos ou funções, ainda que acumuláveis entre si e ainda que haja compatibilidade de horários, tendo em vista o postulado da hermenêutica segundo o qual as exceções são interpretadas restritivamente.

Também a respeito do tema, *JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO*<sup>3</sup> aduz:

*Vale lembrar, afinal, que as hipóteses de permissividade cingem-se exclusivamente a duas fontes remuneratórias, como é o caso de dois cargos, dois empregos ou um cargo e um emprego. Tais hipóteses são de direito estrito e não podem ser estendidas a situações não previstas. Desse modo, é inadmissível a acumulação remunerada de três ou mais cargos e empregos, ainda que todos sejam passíveis de dupla acumulação, ou mesmo que um deles provenha de aposentadoria. Na verdade, os casos de permissão espelham exceção ao sistema geral e além disso é de presumir-se que dificilmente o servidor poderia desempenhar eficientemente suas funções se fossem estas oriundas de três ou mais cargos, empregos ou funções.*

Nesse sentido é o posicionamento consolidado do STF, *in verbis*:

*“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACUMULAÇÃO TRÍPLICE.*

3 Manual de Direito Administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 526.



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 15.089

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

*PROVENTOS E VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a permissão constante do art. 11 da EC 20/1998 deve ser interpretada de forma restritiva. Ou seja, somente é possível a acumulação de dois cargos públicos, ainda que inacumuláveis, sendo vedada, em qualquer hipótese, a acumulação tripla de remuneração, sejam proventos ou vencimentos. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (RE 237.535-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 23/4/2015)*

Referido entendimento foi reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal no ARE 848.993-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 23/3/2017, Tema 921, julgado sob o regime da repercussão geral, cuja ementa segue abaixo:

“Recurso extraordinário com agravo. 2. **Percepção de provento de aposentadoria cumulado com duas remunerações decorrentes de aprovação em concursos públicos. Anterioridade à EC 20/98. Acumulação tripla de remunerações e/ou proventos públicos. Impossibilidade.** Precedentes. 3. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 4. Recurso extraordinário provido”.

**Conclui-se, assim, que sendo regra a proibição de acumular, salvo nas hipóteses expressamente elencadas pela Constituição, que permitem, no máximo, o acúmulo de dois cargos, empregos ou funções, torna-se impossível a acumulação tripla de cargos, empregos ou funções públicas remuneradas, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo, portanto, vedado o exercício simultâneo de mandato eletivo de Vereador por parte de servidor público que acumule licitamente dois cargos públicos.**

Diante da elaboração do Parecer Jurídico nº 238/2019/DIJUR/TCM-PA (fls. 13/23), os autos retornaram para meu Gabinete, em 16/10/2019, e considerando o atendimento das

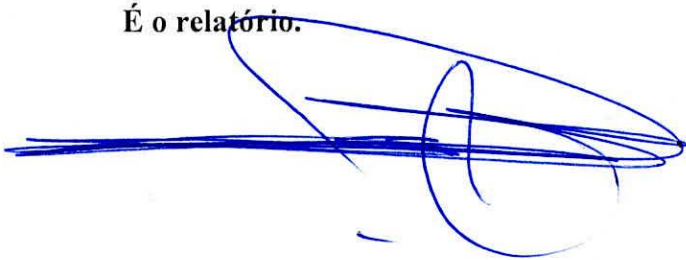
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.089**

**Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro**

formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, submeto a matéria à consideração deste Colendo Plenário.

É o relatório.







**RESOLUÇÃO Nº. 15.089**

**Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro**

### VOTO

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos **arts. 298<sup>4</sup> e 299<sup>5</sup> do Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 18)<sup>6</sup>**, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso II, do RITCM-PA), para além de suscitada em forma de tese, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

**NO MÉRITO**, conforme já delineado em relatório, acompanhado em sua integralidade a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA (fls. 13/23), no sentido de que sendo regra a proibição de acumular, salvo nas hipóteses expressamente elencadas pela Constituição, que permitem, no máximo, o acúmulo de dois cargos, empregos ou funções, torna-se impossível, conforme interpretação fixada pelo C. STF, nos termos do *RE 237.535-AgR*, a acumulação triplíce de cargos, empregos ou funções públicas remuneradas, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo, portanto, vedado o exercício simultâneo de mandato eletivo de Vereador por parte de servidor público que acumule lícitamente dois cargos públicos, ao que explico:

4Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar nº 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

5Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

6 XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.089**

**Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro**

O art. 37, XVI<sup>7</sup> da Constituição Federal, dispõe expressamente que é vedada a acumulação de cargos públicos, prevendo, logo a seguir, três exceções taxativas à regra, em todos os casos desde que haja compatibilidade de horários. Dessarte, da leitura e interpretação da norma, que deve ser aferida sob um ótica restritiva, visto que constitui exceções à regra geral de não-acumulação e impõe condições objetivas para a acumulação de cargos.

Por sua vez, o art. 38, III<sup>8</sup> do texto constitucional traz outra exceção a regra de proibição de acúmulo de cargos públicos, dispondo que os servidores públicos no exercício de mandato eletivo de Vereador, podem perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.

Ressalto, aqui, que não podemos olvidar que os cargos públicos são criados com o objetivo precípuo de atender uma necessidade pública, sendo do interesse público, pois, que o servidor tenha condições de desempenhar, em sua plenitude e com exação, as atribuições do cargo provido.

Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento unânime do RE 237.535-AgR, sob relatoria do Exmo. Min. Roberto Barroso, estabeleceu posicionamento no sentido de que somente é possível a acumulação de dois cargos públicos, ainda que inacumuláveis, sendo vedada, em qualquer hipótese, a acumulação triplíce de remuneração, sejam proventos ou vencimentos, conforme expressa previsão extraída do art. 37, XVI da CF/88, afastando, assim, qualquer possibilidade para acumulações além das ali expressamente previstas.

**7Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

**XVI** - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

**8Art. 38.** Ao servidor público da Administração Direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

**III** – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.089**

Processo nº 201905972-00 – Consulta da Câmara Municipal de Mojú, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. Junil Ramos Faro

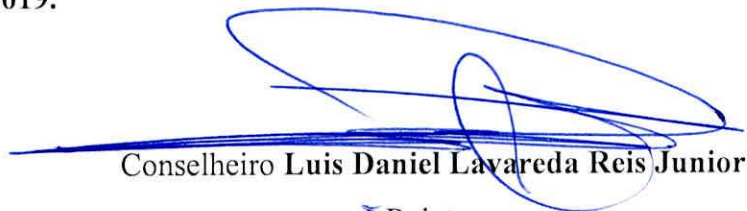
Neste sentido, corroborando com o posicionamento prévio exarado pela DIJUR/TCM-PA, bem como em consonância com a posição fixada pelo C. STF, entendo que a Constituição Federal não permite o acúmulo do mandato eletivo de vereador com outros dois cargos, empregos ou funções, ainda que acumuláveis entre si e ainda que haja compatibilidade de horários, tendo em vista o postulado da hermenêutica segundo o qual as exceções são interpretadas restritivamente.

Por fim, em razão de ter acompanhado, em sua integralidade, a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA (fls. 13/23), adoto a seguinte ementa elaborada pelo referido setor, no que transcrevo:

***EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU. EXERCÍCIO DE 2019. ADMISSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 298 E ART. 299, INCISO II C/C ART. 300 DO RITCM-PA - ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, XVI C/C 38, III DA CF/88. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA OU EXTENSIVA DAS EXCEÇÕES PREVISTAS EM NORMA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO TRÍPLICE DE CARGOS INDEPENDENTEMENTE DA VERIFICAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.***

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **31 de outubro de 2019**.

  
Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior  
Relator



# Conta da Microsoft

Aqui está o novo código de recuperação. Se você precisar recuperar o acesso a sua conta, esse código vai ajudar. Você deve imprimi-lo ou anotá-lo e armazená-lo em local seguro. É altamente recomendável que você não armazene seu código de recuperação em um dispositivo.

Se anteriormente você tinha um código de recuperação, ele não é mais válido. Use este novo código em vez disso.

O novo código é **E2CTH-EMHZD-FHA2C-VCNW6-C6J4S**

Criada em: 05/11/2019 16:23:07 (UTC)

Para a conta: ca\*\*\*\*\*@hotmail.com